

AS ABORDAGENS PÓS-MODERNAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO E SUAS BASES POLÍTICAS DERIVADAS DO NEOLIBERALISMO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Professor Doutor Sílvio A. S. Gamboa (UNICAMP SP)¹
Doutorando Carlos Eduardo Machado (PAIDEIA/UNICAMP)²

RESUMO

Abordagem filosófica, histórica e política, dos conceitos de Liberalismo, de Neoliberalismo e de Pós-Modernidade. Analisa os contextos históricos e as premissas ontológicas e epistemológicas da Modernidade e das projeções mais comuns na abordagem Pós-Moderna. Estudo descritivo e aproximativo, sob o enfoque histórico-crítico, de concepções de mundo e de conhecimento. Debate as causalidades da eclosão do projeto Neoliberal e suas articulações políticas e sociais. Aponta as contradições do enfoque pós-moderno de abordagem teórico-metodológica e questiona sua possibilidade de superação das causalidades reais. Interpreta as repercussões do Neoliberalismo e da metodologia Pós-Moderna na Pesquisa em Educação.

Palavras-Chave: Educação. Metodologia. Pesquisa. **Pós-Modernidade.** Neoliberalismo.

ABSTRACT

Philosophical, historical and political approach to the concepts of Liberalism, Neoliberalism and Post-Modernity. Analyzes the historical contexts and ontological and epistemological premises of Modernity and the most common projections in the Post-Modern approach. Descriptive and approximate study, under the historical-critical approach, of worldviews and knowledge. Debates the causalities of the emergence of the neoliberal project and its political and social articulations. It points out the contradictions of the post-modern approach with a theoretical-methodological approach and questions its possibility of overcoming real causalities. Interprets the repercussions of Neoliberalism and Post-Modern methodology in Education Research.

Keywords: Education. Methodology. Research. Postmodernity. Neoliberalism.

1 Professor Titular de Filosofia e Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Editor Chefe da Revista de Filosofia e Educação (RFE) do Grupo PAIDEIA, autor de livros e de pesquisas sobre Epistemologia da Pesquisa em Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6940827846374697> ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1652-7486> Contato silvio.gamboa@gmail.com

2 Licenciado em Filosofia, Mestre em Educação pela UNICAMP, Doutorando em Educação pela FE/PPGE/UNICAMP, pesquisador do Grupo PAIDEIA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2703456592525102> ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9603-2477> Contato: dudumachado27@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este ensaio trata da questão da definição do processo histórico, político e econômico reconhecido como Neoliberalismo e de sua integração como fundamento político e como base referencial do que se entende por Pós-Modernidade, buscando compreender quais intersecções existem entre eles. Inicialmente, traçaremos uma breve história da emergência atual do fenômeno político denominado Neoliberalismo, apresentando as linhas gerais de sua base ideológica: o liberalismo e as mudanças de sentido e de poder destacadas entre ambos. Este último se assentará nos conceitos de *propriedade* e de *liberdades individuais* para desenvolver suas teses. O neoliberalismo acaba por surgir em meados do século XX, como uma reação ao declínio das taxas de lucros obtidas pelas classes dominantes, entre outros fatores. Esta reação consiste em enterrar de vez o keynesianismo e seu ideal de estado-interventor, como solução dos problemas sociais gerados pelo próprio capitalismo e, com isso, desacreditar qualquer forma de socialismo como sistema de organização social minimamente eficiente.

Em seguida, passaremos à exposição de um quadro panorâmico do que se entende por Pós-Modernidade e suas derivações. Antes, faremos uma apresentação dos ideais que definem a Modernidade e que supostamente “sucumbiram” em meados do século XX, juntamente com o avanço do neoliberalismo, seu consumismo massificado e seu estilo de vida. Liberdade, Igualdade, Razão, Verdade, Democracia, todos esses valores próprios da Modernidade morreram, dizem os Pós-modernos. Em lugar deles, emergiram a centralidade da Linguagem, a fragmentação da realidade, o subjetivismo, a relativização epistemológica, a restrição da realidade aos discursos, isto é, o fim das grandes narrativas e afirmação do presenteísmo, do descontínuo, do fragmentário, em suas diversas alusões, defesas e versões.

Finalmente, procuraremos apresentar algumas críticas ao conceito de Pós-Modernidade e lograr mostrar que sua negação de qualquer ideologia possível, é igualmente ideológica, no sentido da ideologia mesma do neoliberalismo que defende em suas práticas, ao mesmo tempo, uma versão empobrecida de um

darwinismo social hipócrita e, por meio de suas palavras, defende a liberdade de ação como dinâmica de consumo, excluindo a maioria da população mundial de qualquer forma digna de vida: os objetivos propagandeados não são os mesmos objetivos reais buscados pelos neoliberais. Trata-se de uma primeira definição conceitual, como base para o entendimento das relações de poder e das concepções de história, de ser humano, de conhecimento, que subjazem às articulações entre Neoliberalismo e Pós-Modernidade. Buscaremos, por fim, relacionar esses conceitos aos dispositivos metodológicos presentes na pesquisa em Educação.

1. NEOLIBERALISMO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES

Sempre é prudente começarmos pelo princípio. O neoliberalismo não é o princípio. Trata-se do estágio atual que atingiu uma concepção político-filosófica que se consolida em relações econômicas com características próprias. Aqui fica patente o prefixo “neo” do termo “neoliberalismo”, isto é, um suposto *novo liberalismo* em contraposição ao liberalismo clássico: tentemos então delineá-lo.

Podemos compreender o liberalismo clássico como uma filosofia política que pretendia oferecer novas bases conceituais para um novo tipo de sociedade que estava surgindo, buscando superar o medievalismo, o feudalismo e o absolutismo. A marca que distingue esse novo tipo de pensamento liberal é a ideia de *liberdade*, como bem supremo que oriente a vida em sociedade, isto é, a liberdade do indivíduo como centro gerador de direitos e de deveres de toda ordenação social: política, econômica, jurídica etc. O Liberalismo foi a arma ideológica da construção política da hegemonia burguesa na Europa, em seu projeto de superação das relações de produção e das forças produtivas medievais e feudais.

Assim, torna-se patente o propósito da filosofia de John Locke (1632-1704) ao instituir a *liberdade* primordial e inviolável da primeira propriedade de qualquer ser humano: seu próprio corpo. A partir daí é possível dar o passo seguinte para o estabelecimento do segundo conceito central do liberalismo que decorre imediatamente do primeiro (a liberdade): o direito à *propriedade privada*.

(...) Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. (LOCKE, **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**, p. 42)

Dessa forma, podemos compreender o raciocínio do filósofo: nascemos livres, com nosso próprio corpo, como primeira expressão inviolável dessa liberdade fundamental, isto é, como nossa primeira propriedade; tudo aquilo que eu puder beneficiar dos bens comuns naturais (com meu esforço físico e intelectual), torna-se *meu*, minha propriedade privada que é uma extensão imediata de meu corpo.

Podemos, então, compreender a sociedade civil liberal como uma associação de homens livres baseada na propriedade privada. Qual seria nessa cosmovisão a concepção de ser humano e de sociedade, bem como a função do Estado? Obviamente, a função de zelar pela ordem social na qual se respeite a propriedade privada em todas as suas expressões na vida individual e coletiva.

(...) É esse princípio fundamental que sustenta o corolário, agora na área política, de que é “melhor é o governo que menos governa”. O melhor estado, assim, é o “Estado mínimo”, que deixa aos indivíduos o máximo de liberdade compatível com as exigências da vida em sociedade” (CHAVES, E. 2007, p. 9).

Nesse sentido, o Estado não teria nenhuma função de regular as relações econômicas entre os indivíduos, pelo contrário, ele deve manter a segurança (dedicando-se à eficiência da atuação apenas das áreas jurídicas, policial e militar) para que os indivíduos possam, a partir de seus interesses próprios, se autorregular. Nessa perspectiva, *“não cabe ao Estado planejar, operar, regular ou fiscalizar atividades relacionadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de seguridade etc. – as chamadas políticas públicas” (CHAVES, E. 2007, p. 10).*

Podemos concluir essa breve assertiva da premissa fundante do Liberalismo apresentando as bases do sistema liberal de pensamento: a defesa intransigente do direito natural primordial da *liberdade* e da *propriedade privada* dos meios de produção, gerando uma sociedade cunhada no individualismo, na concorrência, na competição e no livre mercado. (ORSO, 2007, p. 165)

Agora sim, nos sentimos aptos e munidos de informações que nos permitam tentar caracterizar o Neoliberalismo. Intrincado na base liberal, por razões históricas e políticas, o neoliberalismo desenvolverá novas coordenadas políticas, econômicas e sociais que precisam ser identificadas e compreendidas.

Como vimos anteriormente, o individualismo instituído pelo liberalismo gera uma sociedade de classes na qual as desigualdades, próprias ao sistema, têm de ser contornadas, ou minimizadas, pela crença de que a ação livre de indivíduos, em relações econômicas livres de mercado, se autorregulem gerando uma desigualdade sustentável. Entretanto, esse modelo econômico mostrou seus limites ao longo do tempo de uma acumulação desenfreada do capital pela classe dominante, então nas primeiras décadas do século XX, inclusive com a ameaça da Revolução Russa (1917) em marcha e seu sistema econômico socialista (que podemos simplesmente definir que, ao contrário do liberalismo que toma o indivíduo como ideia central, o socialismo toma o coletivo social como referência, buscando realizar uma projetada justiça social, por meio de uma igualdade substantiva entre os indivíduos), houve uma proposta para salvar o capitalismo de sua própria ganância destrutiva: surge o *keynesianismo*, como solução econômica, atuando por meio de um Estado intervencionista que promova o pleno emprego e garanta algumas condições básicas de dignidade de vida à classe trabalhadora.

Essa possível solução demonstra sua oportunista projeção de atenuar os conflitos estruturais do capital, buscando maior eficiência, gerando um relativo equilíbrio no sistema produtivo que abre uma nova era de abundância conhecida como “época de ouro”, que encontra seu auge nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, novamente o sistema começa a declinar a partir de meados da década de 1970, apresentando uma taxa decrescente de lucros e de investimentos no sistema produtivo. A reação à essa nova crise do sistema, teve uma guinada

que retomou e radicalizou os valores do liberalismo clássico. As lutas políticas e os movimentos sociais presentes no período pós-guerra (1939-1945) destacam essa afirmação e balizam nossa compreensão.

Logo após a primeira grande crise do sistema capitalista, ao final da década de 1930, se reuniram em Mont Pèlerin, na Suíça, vários filósofos, economistas e políticos, liderados pelo economista Friedrich Hayek (1899-1992) para reafirmar os princípios de independência do funcionamento da economia em relação à intervenção estatal, asseverando que o planejamento estatal da economia e um estado intervencionista nas questões sociais (como nas áreas da educação, saúde, habitação etc.) geraria um totalitarismo e uma opressão aos indivíduos que perdem seu poder de atuação livre na economia e diminuem seu poder de decisão que fundamenta seus esforços empreendedores. Notemos que, excetuando-se o discurso afirmativo dos valores do liberalismo clássico contra todo solidarismo estatal imposto à força, os aspectos que esta reação pretende combater e sanar foram toda e qualquer igualdade e justiça social à custa dos lucros dos capitalistas e da “possível” construção de uma sociedade mais justa sobre outras bases de relações econômicas mais progressistas (leia-se socialistas). Então, podemos perceber que o intuito de fato dessa sociedade filosófico-política-econômica era reafirmar com todas as letras que, se o sistema do capital (e seu modo de produção e de vida) tivesse que sobreviver por meio da desigualdade e da exclusão de uma parte da sociedade, este seria o caminho.

(...) A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. (ANDERSON, In SADER, 1995, p.11).

Vimos, então, surgir uma síntese histórica das experiências do liberalismo clássico e de suas limitações, posteriormente do *keynesianismo* e da intervenção estatal e, finalmente, a emergência do neoliberalismo como forma mais elaborada e radical dos ideais de liberdade individual e de competitividade de mercado do capitalismo.

Abordaremos neste momento três novidades fundamentais, todas com laços indissociáveis que se retroalimentam mutuamente, desse “novo” sistema de relações econômicas que passaram a regular mundialmente a vida dos seres humanos.

- a) A indústria das finanças: o que define a classe capitalista, indubitavelmente, é o fato de serem detentoras dos *meios de produção* que, no princípio, operavam diretamente, sem intermediários. Entretanto, essas relações dos proprietários evoluíram para a propriedade financeira de seus bens, que agora são administradas por gerenciadores financeiros, isto é, o poder dos capitalistas deslocou-se da propriedade física das empresas, para o que elas valem nas instituições financeiras. Assim, criou-se um ambiente de especulação financeira que opera virtualmente sobre o valor das mercadorias físicas, estando assim descoladas delas próprias, dinamizando o fluxo de capital virtual ao redor do globo e propiciando um poder nunca antes visto a esse setor do sistema econômico;
- b) O Estado Neoliberal: dessa maneira, o Estado se tornou refém das questões econômicas que ditam todos os aspectos de seu funcionamento, pois a questão central da função do Estado se tornou na direção de manter o equilíbrio monetário. Vimos surgir um Estado que pode ser classificado como o antípoda da intervenção estatal *keynesiana*. Citemos o exemplo real de uma das primeiras experiências desse tipo de Estado ocorridas na Inglaterra no final dos anos 1970.

(...) Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. (ANDERSON, In SADER, 1995, p.14).

- c) O Imperialismo: as novas tecnologias impulsionadas pela sociedade de massas de consumo globalizaram o sistema produtivo. Contudo, tinha de haver um centro distribuidor dos lucros na coalisão dos grandes países capitalistas que conduzem o sistema neoliberal: os EUA (Estados

Unidos da América) tornaram-se esse centro financeiro que possui a marca distintiva de ser o maior fluxo de drenagem do lucro mundial. Assim, os lucros obtidos no exterior ultrapassam os lucros internos, “*na existência desses fluxos vindos do resto do mundo, é preciso ver uma expressão das relações de dominação, que remetem ao que podemos chamar de imperialismo norte-americano.*” (DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. In: CHESNAIS, p. 93).

Para concluir, passemos a um quadro sinótico dos efeitos do neoliberalismo gerados ao longo de algumas décadas de exercício dessas relações econômicas que pontuamos acima: “(1) *o neoliberalismo criou formidáveis fluxos de rendas em benefício das camadas mais ricas; (2) estabeleceu-se um poderoso sistema de drenagem de rendas no plano mundial, alimentando as rendas dessas camadas, que (3) se engajaram num consumo maluco e (4) o investimento, reduzido no neoliberalismo, manteve nível superior ao ditado pela poupança nacional graças ao aporte da poupança internacional que financiou a despesa dos Estados Unidos.*” (DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. In: CHESNAIS, pp. 98-99) Este é o legado dessa brilhante “solução” econômica dos nossos tempos: 1) um incremento das desigualdades entre as classes sociais nunca antes vista na história humana; 2) essa desigualdade, em escala mundial, sacrifica em dobro os países dependentes – que não estão no centro das relações econômicas, como, por exemplo, o Brasil) ampliando a miséria; 3) o objetivo dessa radicalização é sem propósito algum, a não ser, o poder de consumo insano das classes dominantes; 4) trata-se de um sistema suicida que não é sustentável nesses moldes atuais, vide o desequilíbrio financeiro dos EUA que são os maiores beneficiados desse sistema.

Esse capitalismo voraz e violento está precarizando o trabalho ao nível de uma nova servidão moderna e causando uma catástrofe ecológica irreversível para que os ricos ostentem seu consumismo destemperado.

PÓS-MODERNIDADE E PÓS-MODERNISMO: DEFINIÇÕES.

Assim como iniciamos a primeira parte deste nosso ensaio intitulado “Neoliberalismo” e, em vista da coerência interna de nosso raciocínio, somos impelidos a afirmar que, também aqui, o conceito de pós-modernidade não é o princípio. Aliás, isso se torna patente pelo fato desse termo possuir o prefixo “pós” (depois, posterior, além, e daí, novidadeiro, “mais elaborado”, “mais complexo”) que podemos aproximar do prefixo “neo” em “neoliberalismo”. Assim, cabe-nos a tarefa de traçarmos as linhas gerais que definem a Modernidade, para dela lograr questionar o conceito aventado de Pós-Modernidade. Embora muitos pesquisadores usem o conceito de Pós-Modernismo, temos relativo cuidado de preferir o conceito de Pós-Modernidade, em vista de evitar o reducionismo.

Uma das marcas fundamentais dos ideais que norteiam a Modernidade foi dada pelo Iluminismo no século XVIII. Esse movimento filosófico deu uma guinada na história do pensamento humano ao colocar radicalmente a *razão* como centro irradiador da essência humana, isto é, a marca específica fundamental que nos une enquanto seres humano é a racionalidade. Imediatamente decorre disso uma segunda marca fundamental do ser humano encontrada apenas na razão, no pensamento: a *liberdade*. O homem moderno, definido como razão e liberdade, é a base da sociedade moderna, burguesa.

Reparemos que esses dois ideais postos e desenvolvidos pelo Iluminismo serviram de base para duas grandes filosofias universalistas opostas que também nortearam e, mais do que isso, insuflaram os ânimos da humanidade de esperança com relação à organização social e do trabalho dos indivíduos: o liberalismo e o socialismo. Temos clareza que haveria necessidade de ampliar esse debate, mas seria oportuno realizar-se em outro ensaio, em vista dos limites do presente texto e suas intencionalidades aproximativas.

Contudo, em meados do século XX, passadas as experiências históricas das dificuldades encontradas na prática pelos dois sistemas de pensamento (o liberal e o socialista), ocorre um refluxo histórico que acarreta um avassalador *pessimismo* com relação ao futuro (aliás, similar à chamada fase “psicológica” da filosofia helênica quando Atenas foi destruída e dominada por Alexandre (

) e os gregos perderam seu correspondente material da liberdade intelectual, restando-lhes apenas a possibilidade de pensar a realidade, mas não mais agir sobre ela – vide o Estoicismo, o Epicurismo, a filosofia cínica etc.), conforme Nunes (Nunes, 1987).

Nesse sentido afirma C. Wright Mills (1999):

(...) Estamos no fim do que é denominado de A Era Moderna”, que “está sendo sucedida pelo período pós-moderno”, no qual todas as expectativas históricas que caracterizaram a “cultura ocidental” perderam a relevância. A fé do Iluminismo no avanço unificado da razão e da liberdade, juntamente com as duas principais ideologias fundamentadas nessa fé – o liberalismo e o socialismo – “entrou em colapso como explicação adequada do mundo e de nós mesmos. (WOOD, E. M. & FOSTER, J. B., 1999 – p. 7)

Entretanto, cabe finalmente a questão: mas o que fez supostamente colapsar a Modernidade? Seria correta a leitura histórica de “fim da história”, presente nessa conjuntura. A que interesses corresponde a geração de um raciocínio e de uma visão de mundo pessimista, negativa e desesperançada, sem causalidades históricas e políticas?

A resposta a essa questão será novamente abordada ao longo da elucidação do conceito de pós-modernidade como base, contudo, podemos simplesmente afirmar que a Modernidade não foi capaz de defender seu ideal único de racionalidade para a humanidade toda, fazendo-a ter acesso à essa racionalidade e às benesses que ela prometia, além do fato de que as sociedades (em geral europeias) que tiveram acesso às luzes da razão, demonstraram dar mais valor ao aspecto utilitarista (e individualista) dos benefícios da razão, do que propriamente seus ideais de liberdade coletiva, harmonia social e emancipação humana. A Modernidade teve relativo sucesso no desenvolvimento da *razão instrumental*, mas ainda necessita de condições objetivas e políticas para fazer desenvolver a *razão dialógica*, base da *razão política*.

Porém, temos que reafirmar sempre a compreensão histórica e política, antes de entrarmos na caracterização da conceituação metodológica de Pós-Modernidade, faz-se necessário fazermos uma última distinção entre Pós-

Modernismo e Pós-Modernidade.

A Pós-Modernidade refere-se a uma mudança histórica no modo de produção e de vida das sociedades, com a emergência de novos tipos de indústrias, novas tecnologias, novos produtos e uma segmentação e especialização dos produtos focados agora em nichos sociais e de classe com demandas extremamente específicas; já o Pós-Modernismo por sua vez, se refere a uma cultura que emerge desse novo modo de vida que passa a produzir um novo tipo de arte, de pensamento, de comportamento etc., com a característica de, por meio das novas tecnologias e da sociedade de massas, supostamente dar voz a grupos sociais que antes não possuíam canais próprios de expressão, dessa forma, a linha divisória rígida entre cultura erudita e popular foi rompida.

(...) A Pós-modernidade refere-se a um período histórico: trata-se de um efeito da mudança do capitalismo no Ocidente, em meados do século XX, que substituiu a produção tradicional, pela indústria de serviços, finanças e informação e a política de classes pela “política de identidades. O Pós-modernismo refere-se a um movimento cultural: decorrente das mudanças acima apontadas, emerge uma cultura contemporânea que se expressa, fundamentalmente, pelo obscurecimento dos limites entre cultura da elite e cultura popular e entre arte e experiência cotidiana. (EAGLETON, 1998 – p. 7)

Agora podemos adentrar na elucidação do que seria esse tal conceito de “Pós-modernismo”. Implica reconhecer seus fundamentos para buscar estabelecer alguns eixos e articulações com a pesquisa nas Ciências da Educação.

Importa-nos iniciarmos com uma ressalva: não trataremos aqui do Pós-Modernismo enquanto uma tendência cultural dos nossos tempos, mas sim do estofado ideológico que o define como tendência de pensamento, ou uma determinada concepção ou vertente filosófica hodierna.

Em linhas gerais podemos definir o Pós-Modernismo, enquanto base das concepções ditas como pós-estruturalistas, como aquelas abordagens que pressupõem a derrocada das grandes narrativas que, supostamente, seriam capazes de unificar os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, língua ou cultura, em torno de ideais de construção coletiva. Ao invés disso, a

partir da década de 1960, começou a surgir um tipo de corrente de pensamento que concordava que os grandes pilares do pensamento moderno (por exemplo, a ideia de classes do socialismo, a ideia de igualdade dos indivíduos, a racionalidade organizadora do tecido social, a *verdade* científica, ou mesmo a ideia de compaixão cristã) haviam ruído, portanto apenas restava a possibilidade de um enfoque fragmentário da realidade, donde poderiam brotar formas de conhecimentos diversos em função dos interesses e das peculiaridades subjetivas (de sexo, de raça, de religião etc.) de quem os produzisse, e todos teriam o mesmo estatuto de verdade (posto que a Verdade única, com critérios claros e distintos de verificação havia sido historicamente superada, nessa visão de mundo).

(...) O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universais” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, ideias gerais de igualdade (sejam elas ideias liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a “diferença”: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e “conhecimentos” particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos. (WOOD, 1999, p. 12).

Essa relativização profunda e incauta operada pelo Pós-Modernismo, implica numa revolução que abandona qualquer possibilidade de conhecimento objetivo em detrimento da hipervalorização de um conhecimento subjetivo e, ao operar essa revolução, o pensamento pós-moderno toma como referência a ideia de *linguagem* como único complexo humano capaz de exprimir toda a pluralidade de diferenças que os indivíduos possuem e que devem ser levadas em conta como aspecto fundamental de qualquer sistema de ideias depois da metade do século XX.

Dessa maneira, podemos elencar algumas razões do conceito e metodologia fundada no Pós-Modernismo:

- a) A importância das diversas identidades, além das de classe, nas lutas contra a opressão sexual e racial por exemplo;

- b) A complexidade da experiência humana em um mundo tão instável e mutável como o nosso;
- c) A emergência de um imperialismo cultural e ideológico que despreza os “conhecimentos” particulares de grupos não privilegiados, com sua riqueza própria de experiência e habilidades;
- d) A relevância que a língua e a política cultural ganharam com o atual domínio dos símbolos, imagens e comunicação de massa;
- e) A intensificação de uma cultura da publicidade na qual até nossas experiências mais pessoais são mediadas por grandes grupos midiáticos

Apesar disso, as relações reais entre os indivíduos continuam sendo determinadas pelas condições materiais que sustentam nossas vidas práticas. Essas relações, não obstante toda a gama de transformações que temos visto, sem dúvida, espantosamente nas últimas cinco décadas, são do tipo capitalista, isto é, a defesa intransigente da propriedade privada ainda é regra, inclusive agora planetariamente, e ela norteia todos os outros aspectos de nossa vida cotidiana: a política, a economia, o trabalho, a educação etc. Podemos considerar que as condições objetivas que deram origem ao mundo moderno, material e econômico, ainda são as mesmas, não havendo possibilidades de reconhecer uma diferente ou inovadora base econômica que justificasse o conceito de pós-modernidade.

Finalmente, apontaremos algumas contradições apresentadas pela abordagem e metodologia inspirada no Pós-Modernismo. Em primeiro lugar, essa relativização epistêmica radical promovida pelo Pós-Modernismo, ao tornar todo conhecimento em “discursos” particulares, acaba por confundir forma (a linguagem) e conteúdo (o objeto real), de tal maneira que a própria realidade acaba por se tornar uma construção da linguagem, perdendo sua independência ontológica e suas características próprias (não é mais a linguagem que tem de se adequar à realidade, mas vice-versa), impossibilitando qualquer compreensão do desenvolvimento histórico, de base econômica e política, dessa realidade coletivamente.

Em segundo lugar, o sujeito pós-moderno é tão fragmentado, descentrado,

com identidades tão variáveis e fluidas que ele não está apto a qualquer ação solidária, a qualquer entendimento coletivo dos problemas sociais e de como superá-los e a qualquer possibilidade de uma transformação política a partir de uma leitura de mundo compartilhada por todos.

Finalmente, existe a contradição da abordagem do Pós-Modernismo de acentuar a marca fragmentária da realidade de nossos tempos, quando atualmente vivemos um momento em que o capital está globalizado, agindo simultaneamente em todas as partes do planeta e, assim sendo, pelo fato do sistema do capital ter se universalizado é que necessitamos de uma estrutura de pensamento também universalizante, que seja capaz de propor alternativas a esse modo de produção. O fragmentário e local não reúne a potencialidade de enfrentamento do planetário e global.

Não podemos negar que tenha havido grandes mudanças nessas últimas décadas, principalmente pelo surgimento de novas tecnologias, que trouxeram novas e importantes demandas para as quais temos de encontrar respostas (as questões raciais, de gênero, ecológicas, movimentos migratórios etc.), mas não podemos deixar que essas mudanças ofusquem nosso entendimento de que o sistema de exploração do capital está vigente e mais insaciável do que nunca.

(...) essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova. (HARVEY, 2009 – p. 8)

Trata-se de importante tarefa para a pesquisa em Educação lograr contextualizar a emergência histórica e política do Neoliberalismo e buscar entender suas correlações com a abordagem Pós-Moderna ou Pós-Estruturalista, presente nas pesquisas conjunturais de nosso tempo e de nossa sociedade. O exercício da crítica histórica e do esclarecimento político é o melhor método para não continuar a reprodução do capital e de seus processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERSECÇÕES CRÍTICAS

Duas intersecções que se mostraram ao longo desse ensaio entre o neoliberalismo e o conceito desordenado e ambíguo de pós-modernismo foram o irracionalismo e o individualismo. Precisamos nos deter nesses fundamentos para vislumbrar o alcance dessas premissas.

O irracionalismo atual, de um lado, foi profundamente impulsionado pela financeirização da economia global e por seus procedimentos especulativos, ao ponto de que uma declaração pública de uma figura importante nesse jogo econômico perverso pode fazer um país perder milhões de dólares em suas bolsas de valores (e eventualmente pode se tratar de uma mentira, hoje definida como *fake News*, que devastam a realidade política, moral, econômica e cultural de nosso tempo); de outro lado o Pós-Modernismo chafurda na lama dos discursos e da linguagem substituindo o debate coletivo de ideias em vista de produzir consensos, por critérios meramente performáticos: o mais “atraente” supostamente vence. Com isso, perdemos qualquer possibilidade de criar laços de identidade política que possam se alastrar e se transformar num movimento efetivo de mudanças estruturais.

O individualismo, por sua vez, de um lado, foi muito acentuado pela massificação do consumo e das novas tecnologias que foram capazes de oferecer a cada um de nós uma tela conectada ao resto do mundo, na qual podemos expressar em áudio, vídeo e palavras todas as superficialidades do nosso dia-a-dia, alienando-nos em uma aventada mediocridade da normalidade; de outro lado, o Pós-Modernismo deu vazão a esse individualismo supervalorizando a expressividade do particular, do subjetivo, dos grupos minoritários, dos que nunca tiveram voz, transformando-os em espetáculos para o divertimento alheio, banalizando, muitas vezes, procedimentos de culturas ancestrais, apresentando-os para pessoas que não podem compreendê-los sem a devida e demorada contextualização.

Também é importante notarmos que a mundialização do capital (globalização) necessitou de novas tecnologias de informação que possibilitassem a comunicação ágil (tempo) em todo o globo terrestre, além de novas tecnologias

de transporte dos produtos (espaço). Agora, a mais-valia pode ser retirada de qualquer lugar do planeta em qualquer horário pelos grupos econômicos hegemônicos (ou seja, a forma da acumulação do capital é a mesma, somente mais intensa e atuante em todo o mundo). O fluxo de informação constante que as novas tecnologias propiciaram incrementaram enormemente o mercado financeiro e sua importância, chegando ao ponto de que hoje em dia, a especulação do capital é quase o dobro do capital real circulando pelo planeta. Além do impacto que essas mudanças trouxeram para o mundo do trabalho e da geração de lucro (cada vez mais concentrado nas mãos de grandes monopólios), houve um eco dessas mudanças no âmbito da cultura e do pensamento, chamando a atenção para as novidades que, indiscutivelmente, estão ocorrendo. Some-se a isso, o consumismo que a produção de mercadorias global deu início, exacerbando o individualismo e a competitividade.

Contudo, essas transformações são na superfície do sistema, sua essência permanece a mesma: a dominação ideológica da elite econômica em todo o globo impulsionada pelos grandes conglomerados midiáticos (dominação esta para a qual contribuí, conscientemente ou não, os diversos pós-modernismos); a alienação no processo produtivo que gera uma falta de autonomia e criatividade nos indivíduos; a acumulação desenfreada do capital que gera uma exploração cada vez maior, uma desigualdade econômica mais acentuada e uma miséria para aqueles que o sistema não é capaz de assimilar.

A barbárie está posta, é real e inegável. Como os pós-modernos pretendem reagir a esta situação? Precisamos acentuar essas questões para buscar encontrar as superações estruturais, pela busca das causalidades históricas e das determinações políticas. A pesquisa em Educação que se fundamenta nas premissas da Pós-Modernidade, quase sempre, ainda que produza alguma consolação pela capacidade de fazer a contabilidade do sofrimento, que envolve cada um dos grupos e dos setores que compõem a classe oprimida e explorada, não se torna igualmente capaz de superar essas condições de sofrimento, por desertar *a priori* da projeção histórica e da identificação da causalidade do capital. Em suma, trata-se de exercício pessimista de investigação, que não oferece condições de pressupor a possibilidade humana, social e coletiva, de mudar a

história e de transformar a realidade.

Esperamos que o presente artigo possa, ao menos, abrir esse debate, de modo a torná-lo mais esclarecido e propositivo, na direção de superar os reducionismos e as abordagens espontaneístas de pesquisas e de produção de ciências ou políticas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

CHAVES, O. C. Eduardo. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, [2007], p. 1-60.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana**. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo [1996], 2004. p. 85-108.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Clube do livro Liberal. Rio de Janeiro-RJ: Editora Vozes. Disponível em http://www.xr.pro.br/if/locke-segundo_tratado_sobre_o_governo.pdf (acesso em 10-12-2018).

NUNES, Cesar Aparecido. **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Editora Papyrus, 1987.

ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, [2007], p. 163-183.

WOOD, E. M. & FOSTER, J. B. (org.). **Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.